

Senado examina maior controle nos gastos da publicidade oficial

Projetos querem impedir que dinheiro público continue a ser usado por governantes para a promoção pessoal ou política. Ideia é limitar excesso de despesas e definir o que pode ser incluído nas propagandas dos governos

PedroAlves/MT



Só o governo federal tem gastado, anualmente, mais de R\$ 1 bilhão com publicidade. Amparada por brechas na legislação, a promoção pessoal e política com uso de recursos públicos tornou-se comum. Por isso, o Senado estuda a aprovação de projetos capazes de frear os excessos de gastos com propaganda oficial. As medidas vão desde a limitação a 0,1% do Orçamento (no caso da União) para essas despesas, até a proibição de uso, nas peças publicitárias, de frases, emblemas e *slogans*. Na quinta-feira, entrou em vigor lei que coíbe favorecimento na escolha das agências pelo governo. **4 e 5**

Campanhas educativas ou de utilidade pública, como as de vacinação, representam a forma constitucional de se fazer a publicidade oficial

Plenário celebra, na quarta-feira, 10 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal **2**

Governo espera votar projetos do pré-sal neste mês

Lula fez apelo pela aprovação do projeto que cria a Petro-Sal, do que capitaliza a Petrobras e do que institui o Fundo Social. **3**



Romero Jucá, líder do governo: ideia é votar *royalties* após eleições

Comissão reúne especialistas em recursos hídricos

A Comissão de Infraestrutura debate hoje a formação e a capacitação de mão de obra para a área de recursos hídricos destinados à geração de energia. **8**

CCJ analisa incentivo ao esporte nas escolas **8**

Ex-presidente do Senado, José Fragelli morre aos 94 anos

Em 1985, como presidente do Congresso, José Fragelli participou das articulações pela transferência do poder dos militares ao presidente eleito pelo Colégio Eleitoral, Tancredo Neves. Morto Tancredo, garantiu a posse do vice, José Sarney. **2**

Ex-governador de Mato Grosso e senador de 1980 a 1987, Fragelli morreu na madrugada de sexta-feira, em Aquidauana (MS)



18

Data será lembrada na sessão desta quarta-feira, por sugestão de Jereissati, segundo o qual os críticos da LRF se tornaram também defensores da norma

Plenário comemora 10 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal

POR CONSIDERAR A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) “um divisor de águas nas finanças públicas brasileiras”, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) propôs que os dez anos da norma sejam lembrados em Plenário. A comemoração da data ocorrerá na primeira parte da sessão deliberativa desta quarta-feira.

Editada no dia 4 de maio de 2000, a LRF – Lei Complementar 101/00 – faz parte de um longo e importante processo de reformas, que começou com a criação da Secretaria do Tesouro Nacional, destacou o senador. Ele disse que o Legislativo teve papel importante na história dessa lei, primeiro na Assembleia Nacional Constituinte, quando determinou a criação de um código de finanças públicas.

Posteriormente, acrescentou, o Congresso votou a emenda



Para Jereissati, legislação constitui “divisor de águas” nas finanças públicas brasileiras

tratando da reforma administrativa. Dispositivo acrescentado ao texto pela Câmara dos Deputados estabelecia que o presidente da República deveria enviar ao Congresso projeto para regulamentar o artigo 163 da Constituição, sobre a edição de lei complementar para tratar das finanças e dívidas públicas, além da concessão de garantias pelas entidades públi-

cas, entre outros itens.

Coube ao então presidente Fernando Henrique Cardoso encaminhar a proposta de LRF. Segundo Jereissati, o projeto, “amplo e ambicioso para definição de princípios e também de regras”, foi aperfeiçoado pelo Senado e pela Câmara.

Conforme o senador, três partidos – PC do B, PT e PSB – chegaram a requerer a derubada completa da LRF, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) recusou o pedido.

– Com o apoio popular, subitamente os críticos se tornaram também defensores da LRF, o que deve ser bem recebido. Os resultados são expressivos, especialmente no âmbito dos estados e municípios, que se transformaram de fatores de perturbação da política fiscal brasileira em baluartes da austeridade fiscal.

Morre José Fragelli, ex-presidente do Senado

Presidente do Senado de 1985 a 1987, o ex-senador José Fragelli morreu na madrugada de sexta-feira, em Aquidauana (MS), aos 94 anos. Ele exerceu o mandato de 1980 a 1987 e teve participação ativa na articulação política que, 25 anos atrás, elegeu Tancredo Neves e José Sarney para a Presidência da República.

Como presidente do Senado, nos momentos angustiantes que antecederam a posse, em 15 de março de 1985, com Tancredo hospitalizado, Fragelli teve atuação decisiva na cerimônia que garantiu a transferência de poder para o vice-presidente eleito José Sarney. Na sexta-feira, uma das primeiras providências de Sarney foi telefonar para a viúva de Fragelli, dona Maria de Lourdes, para apresentar suas condolências.

Em 1983, o então senador José Fragelli foi responsável pela organização de um grupo de 14 senadores que foi a Belo Horizonte para comunicar a Tancredo a disposição de trabalhar seu nome para presidente da Re-

pública. Ali foi decidido que, se o PMDB fosse ao Colégio Eleitoral, o candidato seria Tancredo.

Logo depois, Fragelli se elegeria presidente do Senado, derrotando Luiz Viana Filho, candidato do PDS, partido que defendia o nome de Paulo Maluf para suceder o general João Baptista Figueiredo, o último presidente do regime militar.

Na presidência do Congresso, investido da faculdade de reconhecer o novo presidente da República, afirmando inexistir qualquer risco de conturbação política, Fragelli deu posse a José Sarney. Este ocupou a Presidência interinamente, até ser confirmado no posto, em 21 de abril de 1985, quando Tancredo morreu.

Valter Pereira (PMDB-MS) homenageou José Fragelli na sexta-feira, em Plenário.

– Era um homem íntegro, que nunca foi fustigado por quaisquer denúncias que pudessem denigrir a imagem que construiu ao longo de sua carreira.



José Fragelli teve papel decisivo no encerramento do período militar

Em nota, Senado contesta reportagem de *O Estado de S. Paulo*

A Secretaria Especial de Comunicação do Senado divulgou nota à imprensa a respeito de matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* na quinta-feira. Leia abaixo:

A propósito de matéria publicada quinta-feira passada no jornal *O Estado de S. Paulo* intitulada “Senado paga dentista de mulher de Lobão Filho”, a Secretaria Especial de Comunicação Social tem a informar:

1) Não corresponde à realidade e constitui juízo de valor equivocado e sem fundamento a afirmativa de que “o Senado começa a retomar velhas práticas”, além de ser uma acusação genérica e irresponsável.

2) No que diz respeito à senhora Paula Lobão, foi explicado tempestivamente que o pagamento das despesas odontológicas mencionadas foi feito conforme as normas legais em vigor no Senado Federal.

3) A Secretaria de Comunicação estranha que a informação a respeito da legalidade do pagamento da despesa da dependente do senador tenha sido inserida apenas no quinto parágrafo.

4) Quanto à suspensão de 30 dias imposta aos servidores Franklin Albuquerque Paes Landim e Celso Menezes, posteriormente transformada em multa, a Diretoria-Geral do Senado esclarece, com o objetivo de evitar ilações, que, de acordo com a Lei 8.112/90, o servidor público punido com a suspensão de 30 dias do trabalho pode converter a metade da punição em multa. Esse é um direito estabelecido na lei e que foi utilizado pelos dois funcionários.

5) Em relação a Agaciel Maia, não prevaleceu uma suposta pressão interna, como ficção de repórter. O senador Heráclito Fortes tomou a decisão alertado por um parecer da advocacia do Senado. Segundo o parecer, a punição de demissão poderia ser anulada na Justiça e ele, Agaciel, sairia ileso do processo. Em caso de improbidade administrativa, a pena de demissão só pode ser aplicada após o trâmite final do processo judicial.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Sessão é não deliberativa

14h O Plenário realiza hoje sessão não deliberativa, sem a votação de projetos.



CI Formação em recursos hídricos

18h “Desafios, necessidades e perspectivas na formação e capacitação de recursos humanos na exploração de recursos energéticos e geração de energia e exploração de recursos hídricos” é o tema da audiência de hoje da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Foram convidados, entre outros, o coordenador-executivo do Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais, Marcos de Freitas; o diretor-geral da Organização Nacional da Indústria do Petróleo, Eloi Fernández; e o superintendente-adjunto de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos da ANA, Victor Sucupira.

Terça-feira

CRA Estatuto do Produtor Rural

9h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária analisa projeto que trata do Estatuto do Produtor Rural e proposta que concede seguro-desemprego a agricultores familiares.

CCJ Mudanças na Lei Pelé

10h As novas normas sobre esporte estão na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e serão debatidas com o ministro do Esporte, Orlando Silva; o governador de Goiás, Alcides Rodrigues da Silva; e o prefeito de Goiânia, Paulo de Siqueira Garcia.

CAE Adesão de empresas ao Simples

10h Na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, projeto que permite a adesão de empresas de propaganda e publicidade ao Sistema Simplificado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples). Também se discute proposta que permite a dedução de Imposto de Renda Pessoa Jurídica a empresas que fizerem doações de material de construção para uso em programas governamentais de habitação popular.

CMA Troca de produto defeituoso

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle analisa, entre outros, projeto que altera o Código de Defesa do Consumidor para prever a troca de produto defeituoso quando o conserto realizado comprometer a mercadoria, expondo a segurança do consumidor. Outro projeto em discussão institui o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos.

CPI das ONGs Denúncia da Bancoop

11h30 A Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs ouve João Vaccari Neto, ex-presidente da Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop), entidade acusada de desvio de dinheiro para campanhas do Partido dos Trabalhadores.

Quarta-feira

CCT Debate sobre Fundo Social do pré-sal

14h Projeto que obriga a especificação, pelos Correios, de data de postagem nas correspondências que encaminham documentos de cobrança está em análise na Comissão de Tecnologia e Informática. Às 14h, será realizado debate, em conjunto com cinco outras comissões (CCJ, CAS, CMA, CE e CAE) sobre projeto que cria o Fundo Social, a partir de recursos do pré-sal. Foram convidados o presidente do Ipea, Marcio Pochmann; o consultor legislativo do Senado Paulo Springer de Freitas; e o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.

CCJ Novo Regimento em votação

10h Entre os 29 itens da pauta, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina o novo Regimento Interno do Senado. Antes, haverá debate, às 9h, para discutir o projeto que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Foram convidados, entre outros, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Mônica Vieira Teixeira, e o ministro das Cidades, Marcio Fortes.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Previsão de senadores da base aliada foi feita após reunião com presidente Lula na quinta-feira à noite. Acerto inclui votação dos *royalties* apenas depois das eleições

Governo quer votar três projetos do pré-sal em maio

CERCA DE 30 senadores da base do governo – PT, PMDB, PTB, PSB, PDT e PR – ouviram do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na noite da última quinta-feira, um apelo pela aprovação antes do fim de maio de três projetos que tratam do pré-sal: o que cria a empresa Petro-Sal, o que trata da capitalização da Petrobras e o que cria o Fundo Social. Lula pediu também que o projeto que institui o modelo de partilha seja dividido, a fim de que a parte referente aos *royalties* fique para o próximo ano.

A previsão dos líderes é de votar nesta semana e na próxima

as quatro medidas provisórias que trancam a pauta para que, nos dias 18 e 19 de maio, sejam votados os projetos da Petro-Sal e da capitalização da Petrobras. Na semana seguinte, de 24 a 28 de maio, seriam analisados o Fundo Social e o projeto que trata da mudança de regime de concessão para o de partilha, sem a parte dos *royalties*.

Também ficou decidido que nesta quinta-feira, às 10h, o ministro de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, e o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, deverão comparecer ao Senado para debater os pro-

jetos com os senadores.

Na reunião com o presidente Lula, os senadores expuseram seus pontos de vista. Pedro Simon (PMDB-RS) pediu apoio para sua emenda que corrige o que ele considera uma distorção no texto aprovado pela Câmara: o projeto estabelece que as empresas paguem cerca de R\$ 22 bilhões em *royalties* à União e, em seguida, sejam ressarcidas em petróleo, que venderão em dólar no mercado internacional. Simon acha que a União não deve ressarcir as empresas e sim redistribuir esse dinheiro entre estados e municípios.



Navio-plataforma P-34 da Petrobras, no estado do Espírito Santo: governo quer agilizar processo de capitalização da empresa

Suplicy pede votação de novas regras após eleições

Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a votação do projeto de lei (PLC 16/10) que institui o regime de partilha e do novo modelo de distribuição de *royalties* da camada do pré-sal após as eleições de outubro.

– Trata-se de uma matéria polêmica e, portanto, deve ser analisada de forma serena e não no calor da campanha eleitoral.

O senador informou que o próprio presidente Lula pediu aos senadores da base do governo, em reunião realizada na última quinta-feira, que se empenhem em convencer a oposição sobre a necessidade de adiamento da



Para Eduardo Suplicy, matéria deve ser analisada de forma serena

votação do projeto de distribuição dos *royalties*.

Suplicy acrescentou, entretan-

to, que o presidente Lula defendeu na reunião – que contou com a presença de 30 senadores – que o Congresso Nacional comece a votar em maio os outros três projetos que compõem o marco regulatório do pré-sal.

Destaque

Eduardo Suplicy também cumprimentou o presidente Lula por ter sido eleito pela revista americana *Time* como um dos 25 líderes mais influentes do mundo em 2010. Para o senador, trata-se de um feito inédito para o país, “que orgulha todos os brasileiros”.

Zimmermann e Gabrielli irão debater propostas para setor

O ministro de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, e o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, devem discutir com os senadores nesta quinta-feira os projetos que tratam do pré-sal. Segundo Eduardo Suplicy (PT-SP), o debate ficou acertado em encontro entre 30 senadores governistas e o presidente Lula.

– Nesse debate que teremos com o ministro e o presidente da Petrobras, os senadores poderão discutir as propostas para a exploração do pré-sal e tirar todas as dívidas, con-

tribuindo para a votação das matérias – observou Suplicy.

Conforme estratégia defendida pelo líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), poderão ser votados ainda neste semestre os projetos prevendo a criação da Petro-Sal (PLC 309/09) e do Fundo Social (PLC 7/10) e a capitalização da Petrobras (PLC 8/10), além de parte do projeto que define o regime de partilha na produção do petróleo (PLC 16/10), ficando para um segundo momento a definição da parte que trata da distribuição de



Presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli virá ao Senado nesta quinta

royalties para estados e municípios. O argumento é que essa votação seria contaminada pelas eleições, uma vez que estarão em jogo os interesses regionais.

CCJ devolve à Mesa questão de ordem sobre Paulo Vieira

Segue a polêmica em torno da nomeação de Paulo Rodrigues Vieira para a direção da Agência Nacional de Águas (ANA). O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Demostenes Torres (DEM-GO), afirmou em despacho na última terça-feira que não cabe à comissão apreciar a questão de ordem suscitada por José Agripino (DEM-RN) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) a respeito da votação que, em 14 de abril, aprovou a indicação de Paulo Vieira, a qual já havia sido rejeitada pelo Plenário em dezembro de 2009.

No despacho, Demostenes explica que a Presidência do Senado pode solicitar a audiência da CCJ quando se tratar de questões de ordem que digam respeito à interpretação do texto constitucional. No entanto, na matéria apresentada pelos líderes do DEM e do PSDB “questiona-se o atendimento, ou não, a preceito regimental”, diz.

Falhas gritantes

No mesmo texto, Demostenes aponta equívocos no processo de aprovação de Paulo Vieira que, a seu ver, constituem “falhas gritantes”.

O presidente da comissão explica que, quando da rejeição de Paulo Vieira, Magno Malta (PR-ES) apresentou a Mesa recurso em que alegava que a votação havia ocorrido em clima hostil. De acordo com Malta, corria, na ocasião,

o boato de que Vieira havia ofendido, quando sabatinado, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), e isso poderia ter comprometido o resultado da votação.

Apesar de não ter acatado o recurso de Malta, “por absoluta falta de previsão legal”, Demostenes afirmou, em parecer da CCJ, que, como havia precedentes de votações de autoridades feitas mais de uma vez, o Plenário seria soberano para decidir sobre a questão. No entanto, em relação ao caso de Vieira, Demostenes destacou a falta de acordo entre os líderes para que uma nova votação fosse feita. Outra falha apontada por ele é a realização de nova votação sem que a primeira tivesse sido anulada.



Demostenes vê equívocos no processo de aprovação ocorrido em 14 de abril

Parecer de Jucá inclui anistia de dívidas de produtores do NE

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), incluiu a anistia de dívidas de produtores rurais nordestinos em seu relatório sobre o projeto de lei de conversão (PLV 1/10) da medida provisória (MP 472/09) que concede incentivos a indústrias no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A anistia é uma reivindicação dos senadores nordestinos, que chegaram a obstruir votações em Plenário para pressionar o governo.

Jucá apresentou 41 emendas ao PLV. Ele disse que também considera necessário acrescentar emendas que mudam a atual legislação e que dizem respeito a recente debate no Congresso. Uma delas visa fortalecer a atuação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), estendendo a autorização outorgada à União para que abra crédito também em favor dessa instituição, no valor de R\$ 1 bilhão.

A capitalização do BNB estava prevista na MP 470/09, transformada no PLV 18/09, que perdeu a eficácia no dia 24 de março por não ter sido votado a tempo pelos senadores devido ao impasse entre governo e oposição sobre a renegociação da dívida dos

agricultores nordestinos.

Por esse motivo, o relatório de Jucá ao PLV 1/10 prevê anistia das dívidas dos produtores rurais do Nordeste com saldo devedor atual de até R\$ 10 mil, contraídas até 15 de janeiro de 2001 e com valor original de até R\$ 35 mil. A remissão seria tanto para as dívidas já renegociadas com base na Lei 11.322/06 quanto para as demais.

As operações deverão ter sido financiadas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), por recursos mistos do FNE e outras fontes, por créditos rurais de risco da União ou pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Segundo o relatório de Jucá, a maioria das operações de crédito agrícola tem saldo devedor atualizado menor que R\$ 10 mil. Das 116 mil operações renegociadas (R\$ 1,3 bilhão), 78,2 mil operações têm saldo devedor inferior a R\$ 10 mil e serão perdoadas, disse o senador. As 37,7 mil operações restantes poderão ser liquidadas antecipadamente com o desconto de 45% a 85% sobre o saldo devedor, dependendo do saldo e da região.

Só o governo federal, incluindo as empresas estatais, gasta mais de R\$ 1 bilhão por ano com publicidade. Para senadores, boa parte dessa verba tem sido usada de forma irregular, aproveitando a falta de regras claras na legislação para, com dinheiro público, fazer a promoção pessoal e política de governantes



Senadores querem restringir gastos com propaganda oficial

Constituição diz que campanhas publicitárias oficiais devem ter caráter "educativo, informativo ou de orientação social". São definições vagas, que abrem brechas para o uso de recursos públicos para fazer promoção pessoal e política. Senadores querem também fixar limite de gastos no Orçamento

Propostas apertam cerco à ganstança

Projetos em tramitação no Senado especificam o que pode ser divulgado e estabelecem limites para os gastos anuais

PLS 272/05, do senador Pedro Simon (PMDB-RS)

Obriga a divulgação de despesas com publicidade oficial e o uso de símbolos oficiais. O mesmo vale para a propaganda partidária e eleitoral. Relator Valtter Pereira (PMDB-MS) vota pela aprovação do projeto na CCT.

PLS 282/05, do senador Marco Maciel (DEM-PE)

Limita as ações de publicidade oficial à divulgação obrigatória de atos e à veiculação de avisos e campanhas educacionais ou de utilidade pública. Proíbe uso de marcas, logotipos, slogans ou temas musicais. Como o relator considera a proposta de Simon mais ampla (veja acima), vota pela rejeição na CCT.

PLS-Compl. 248/05, do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

Muda a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/00), limitando os gastos com publicidade no Orçamento anual a 0,1% para a União, 0,3% para estados e Distrito Federal e 0,5% para municípios. Já passou pela CCJ e agora será votado na CAE, onde o relator é Aloizio Mercadante (PT-SP).

PLS-Compl. 336/05, do senador Paulo Paim (PT-RS)

Semelhante ao anterior, limita porém a despesa com publicidade a 0,1% da receita corrente líquida da União e a 1% da dos estados, DF e municípios. Na CAE, recebeu parecer pela rejeição, porque o relator, Arthur Virgílio (PSDB-AM), considerou muito "elástico" o parâmetro da receita corrente líquida.

PEC 38/05, do senador Efraim Morais (DEM-PB)

Publicidade da administração pública deve ser restringir à divulgação de atos oficiais e campanhas de utilidade pública; no caso de empresas públicas e de economia mista, também à promoção de serviços e produtos. Na CCJ, o relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), é pela aprovação.

PLS 58/07, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Só o brasão da unidade federativa e o nome do órgão ou entidade podem ser utilizados na publicidade oficial. Aprovado no Senado, seguiu para a Câmara dos Deputados.

PLS 82/09, do senador Raimundo Colombo (DEM-SC)

Obriga a publicação trimestral das despesas com publicidade e patrocínio das empresas estatais federais. Na CAE, o relator, Delcídio Amaral (PT-MS), foi designado em março.

PLC 10/06, do deputado Chico Alencar (PSOL-RJ)

Tipifica como ato de improbidade administrativa a publicidade paga com dinheiro público para agradecer autoridade por obra ou qualquer outra realização. Aprovado pela CCJ, aguarda votação pelo Plenário.

Mesmo proibida pela Constituição, a promoção com dinheiro público da imagem pessoal e partidária do governante é prática comum no Brasil. O Senado discute propostas (veja quadro à esquerda) para colocar freios na propaganda oficial, que só no âmbito federal (incluindo as estatais) tem consumido mais de R\$ 1 bilhão por ano apenas com a veiculação de peças publicitárias. – As necessidades e as urgências neste país são enormes em relação aos investimentos em mídia. Esses recursos poderiam ser muito mais bem aproveitados em saúde, educação e segurança – afirma o senador

Nova lei impõe regras para contratação de agências pelos governos

O presidente Luiz Inácio da Silva sancionou na quinta-feira projeto aprovado em março pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que coíbe o favorecimento na escolha de agências de publicidade para as campanhas do poder público como um todo – governos federal, estaduais e municipais, além das estatais. A proposta (PLC 197/09), que agora virou lei, é do deputado José



Efraim: recursos poderiam ser mais bem aproveitados em saúde ou educação

Efraim Morais (DEM-PB), autor de proposta de emenda à Constituição (PEC 38/05) para permitir apenas a divulgação de atos oficiais, avisos e campanhas de utilidade pública.

Hoje, a Constituição diz que as campanhas devem ter "caráter educativo, informativo ou de orientação social", o que abre brechas, por exemplo, para que um governante anuncie massivamente suas realizações, com vistas à próxima eleição, pois isso se enquadraria na categoria genérica de informativo.

Marco Maciel (DEM-PE), autor de projeto (PLS 282/05) para detalhar e aprofundar a proibição constitucional de promoção da imagem

de agentes públicos por meio da publicidade oficial, explica que tem sido historicamente difícil aprovar leis nesse sentido.

– Os executivos nos três níveis de governo têm interesse em que não haja a limitação – observa.

Menos dinheiro

A saída, para o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), é restringir as verbas disponíveis. Ele apresentou projeto (PLS-Complementar 248/05) que fixa limites no Orçamento anual para os investimentos realizados pelo poder público em publicidade: 0,1% para a União, 0,3% para os estados e



Para Marco Maciel, governantes não têm interesse em que haja limitação

o Distrito Federal e 0,5% para os municípios.

– A publicidade oficial se transformou em culto à personalidade. É uma prática abusiva, mas que se consolidou no país. Então, em vez de proibir essa prática, que já está entranhada, você corta o bolso pela metade – defende.

Mesquita salienta outra face do problema, além do dispêndio de recursos públicos: a cooptação de parte da imprensa, principalmente a regional: "A mídia passa a ser uma unidade orçamentária do Estado. Como você pode querer uma mídia livre se ela tem esse cabresto?", indaga.

os valores dos contratos teriam de ser divulgados na internet.

O deputado justifica que a proposta visa coibir "grandes arbitrariedades" que se tornaram características na administração pública: empresas de publicidade contratadas com "óbvio favorecimento", o que gera "pagamentos indevidos, desvios de verbas públicas destinadas à publicidade com fins patrimoniais privados ou para



Mesquita Júnior aponta cooptação da imprensa com dinheiro público

Cidadão luta contra abusos na publicidade do governo

O advogado e procurador da Fazenda Nacional Anildo Fábio de Araújo trava há 20 anos uma cruzada contra os abusos na publicidade oficial. Faz questão de ressaltar que age, nesse caso, unicamente como cidadão, pois o assunto não tem a ver com suas atribuições funcionais. Afora uma série de petições que destinou a diversas autoridades, já ingressou com nove ações populares no Distrito Federal e em Minas Gerais contra governantes que, na sua avaliação, descumpriam o preceito constitucional da impessoalidade no uso da publicidade. Ganhou cinco dessas ações, inclusive duas contra o governo do DF em gestões do PT e do PMDB.

Anildo explica que a ação popular é o meio processual adequado para esses casos. Através dela, qualquer pessoa pode questionar na Justiça atos das autoridades que considere lesivos aos cofres públicos. Ele insta os cidadãos a aumentarem a vigilância sobre a publicidade oficial, já que estão amparados pela própria Constituição: "As constituições

estrangeiras em geral não tratam desse assunto. Essa é uma norma genuinamente brasileira". Anildo afirma que, apesar disso, faltam mecanismos de controle e que o Ministério Público e os tribunais de contas têm tido uma atuação tímida na fiscalização da publicidade oficial.

Autor de monografia sobre o tema, apresentada à Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, ele destaca que, em 1992, um

projeto (PLS 107/89) do então senador Jutahy Magalhães sobre a regulamentação da publicidade oficial foi aprovado, mas terminou integralmente vetado pelo presidente Itamar Franco.

O advogado defende a regulamentação como forma de incluir parâmetros mais específicos na legislação, sugerindo dois pontos principais: a imposição de um limite de gastos e a proibição do uso de logomarcas e outros símbolos que não os oficiais.



Anildo de Araújo: petições a autoridades e nove ações populares contra governantes

União gastou R\$ 10,8 bi nos últimos dez anos

De 2000 a 2009, o governo federal e suas empresas estatais gastaram R\$ 10,8 bilhões, em valores atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), com publicidade em televisão, rádio, jornais, revistas, internet, outdoor e outros meios. As TVs ficaram com 60% do total.

Os dados, levantados pelo Instituto para Acompanhamento da Publicidade e divulgados pela Secretaria de Comunicação Social

da Presidência da República, não incluem as despesas com produção e patrocínio.

De acordo com a organização não governamental Contas Abertas, que se dedica à fiscalização dos gastos públicos, o governo federal aumentou em 81%, nos três primeiros meses deste ano eleitoral, suas despesas com publicidade, em comparação com o primeiro trimestre do ano passado. O levantamento (que não inclui

as estatais) nas 54 instituições federais com verbas para publicidade em 2010 chegou à cifra de R\$ 196,8 milhões, gastos entre janeiro e março.

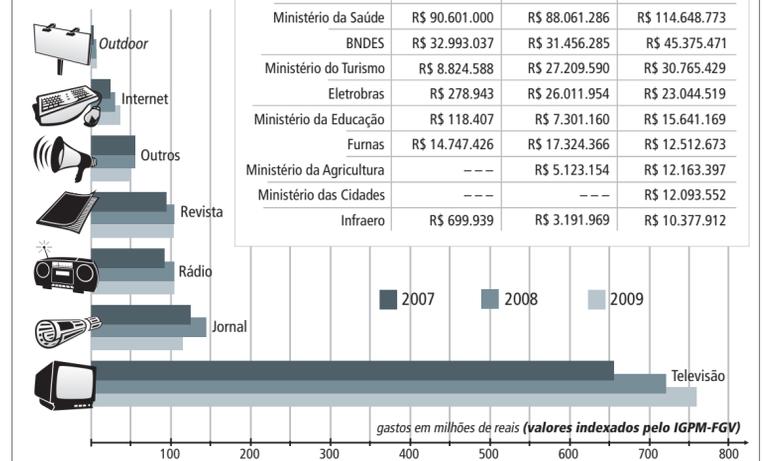
Segundo o Contas Abertas, R\$ 155,2 milhões foram aplicados em publicidade de utilidade pública e R\$ 41,7 milhões – um quarto do total – em campanhas institucionais, voltadas para a divulgação de atos, obras, programas, metas e resultados de governo.

Governo aumenta gastos com publicidade

O investimento total do governo federal em mídia – excluídos patrocínios e produção de peças publicitárias – foi de R\$ 1,179 bilhão em 2009. Os gastos das estatais correspondem à maior parte do valor global, tendo atingido R\$ 724 milhões. A televisão é o meio que concentra a maior parte dos gastos com anúncios do governo federal e suas empresas: R\$ 759 milhões no ano passado.



Gastos distribuídos por meio de comunicação



Fonte: Secom/Presidência da República

Senador vê "vírus da intimidação" em proposta em discussão na Câmara que restringe o direito de pessoas, entidades ou Ministério Público de propor ações por improbidade

Mesquita Júnior alerta para projeto que "amordaça" MP

O SENADOR GERALDO Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou em Plenário que projeto em exame na Câmara dos Deputados teria o objetivo de amordaçar o Ministério Público, entidades e cidadãos, restringindo seu direito de propor ações na Justiça contra atos de improbidade.

Pelo texto, disse Mesquita Júnior, o cidadão, a entidade denunciante ou ainda o membro do Ministério Público que subscreverem ações desse tipo ficam sujeitos a indenizar o denunciado pelos danos materiais ou à imagem e a pagar todas as custas dos processos com valores ampliados.

– Minha preocupação vem pelo fato de que essa proposta tem em sua motivação o vírus da intimidação. É uma coisa que vem borbulhando atualmente no país – disse.

Autoritarismo

O senador apontou outros fatos que demonstram, a seu ver, a vontade de intimidar – como as críticas do presidente Lula à Justiça Eleitoral pela aplicação de multas a quem faz campanha antecipada. Outro fato seria a divulgação de que membro da

Agência Brasileira de Inteligência (Abin) teria abordado o juiz que concedeu liminar suspendendo o leilão para as obras da usina de Belo Monte, no Pará. Por último, Mesquita Júnior citou a inclusão de dispositivo no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011 que pode impedir o Tribunal de Contas da União (TCU) de paralisar obras com indícios de irregularidades.

O PL 265/07 é do deputado Paulo Maluf (PP-SP). Mesmo duvidando da possibilidade de o projeto passar na Câmara, Geraldo Mesquita Júnior disse que o Senado deve se preparar para essa hipótese. Por isso, apelou para que seja feito um alerta aos colegas deputados e, em última instância, para que a proposta seja barrada no Senado se chegar à Casa.

– Isso é um instrumento de



Mesquita Júnior: "Esse instrumento de autoritarismo não pode prosperar. Seria um retrocesso"

autoritarismo e não pode prosperar. Seria um retrocesso e não podemos permitir que isso ocorra, defendeu.

De acordo com o projeto, a ação popular que for julgada improcedente poderá condenar o cidadão autor a pagar o décuplo das custas, mais honorários advocatícios quando se reconhecer que se tratou de lide temerária ou que houve má-fé, intenção de promoção pessoal ou visando a perseguição política.

Fotos: Cristina Cealio

Mão Santa: "Estão tirando dinheiro da educação no Piauí"

O senador Mão Santa (PSC-PI) apontou na sexta-feira, a partir de dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), um quadro de desigualdade na distribuição de verbas para educação no Piauí. De acordo com ele, alguns municípios têm recebido muito menos do que seria necessário para manter os serviços essenciais. Ele disse acreditar que esses recursos estão sendo desviados para outros fins.

– Estão tirando o dinheiro da educação do Piauí – afirmou.

Para Mão Santa, o problema na distribuição das verbas da educação é um dos tantos provocados pela má gestão do Partido dos Trabalhadores no



Mão Santa apelou ao presidente Lula para resolver o problema no estado

estado. Ele apelou para a sensibilidade do presidente Lula a fim de resolver a questão.

– Ter um estado governado pelo PT é pior que terremoto. Vivemos da esperança de alternância no poder – disse o senador.

Mozarildo faz balanço de sua atuação no Congresso Nacional

Ao analisar sua atuação no Parlamento, onde foi duas vezes deputado federal e cumpre o segundo mandato como senador, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou na sexta-feira que se mantém na política para "não deixar espaço para os maus".

Na Câmara, destacou Mozarildo, aprovou leis que possibilitaram a criação da Universidade Federal de Roraima, que não tinha nenhuma instituição de ensino superior. Hoje, tem também uma universidade estadual e quatro particulares.

– São obras duradouras, que ficam para gerações. Isso para mim já bastaria para justificar os meus mandatos de deputado federal – afirmou.

Mozarildo lembrou ainda que, como constituinte, lutou pela transformação do território federal de Roraima em estado e participou da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Já no Senado, Mozarildo ressaltou ter presidido a primeira



Mozarildo: verbas para mais de 100 obras, nenhuma com irregularidade

CPI das ONGs – que identificou dez entidades com nítidos indícios de irregularidades – e criou comissões temporárias externas que discutiram a causa indígena. Levantamento do primeiro mandato e da metade do mandato atual registrou mais de 100 obras realizadas com emendas apresentadas por ele ao Orçamento da União.

– Todas elas sem nenhuma irregularidade – destacou.

Alvaro Dias condena cobrança feita por associações

Alvaro Dias (PSDB-PR) apelou aos juízes de primeira instância para que sigam a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e não permitam que associações de moradores cobrem taxas de condomínio de famílias que vivem em loteamentos urbanos e que não queiram contribuir. Ele disse que há casos de moradores ameaçados até de perder suas residências,

com base em penhoras judiciais, porque não aceitam pagar taxas cobradas por melhorias, segurança, urbanização e outras benfeitorias feitas à sua revelia.

O senador citou decisões dos ministros Fernando Gonçalves e Nancy Andrighi, do STJ, estabelecendo que taxas de manutenção não podem ser cobradas por associações de moradores

de condomínios de forma impositiva. Ele citou também a Constituição, que garante que ninguém poderá associar-se a nenhuma entidade contra a própria vontade. Alvaro Dias disse que fez o pronunciamento a pedido de cidadãos que sofrem pressões e ameaças de penhora judicial de imóveis porque não reconhecem como legítimas associações de moradores.

Novo Regimento Interno do Senado está na pauta da Comissão de Justiça

O projeto do novo Regimento Interno do Senado poderá ser votado nesta quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta (PRS 17/09) foi elaborada por uma comissão criada especialmente para esse fim e tem como relator o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que apresentou voto

favorável, com emendas. Depois de passar pela CCJ, a matéria será analisada novamente pela comissão que a propôs.

Os principais pontos do regimento que deverão ser alterados, caso a proposta seja aprovada, são as regras para o uso da palavra, a ampliação dos casos em que projetos

podem ser votados em caráter terminativo nas comissões, a reformulação nas normas sobre comissões parlamentares de inquérito e o manuseio de documentos sigilosos. Também deverá haver modificações na tramitação de tratados internacionais sobre direitos humanos e nas normas referentes à rea-

lização de sessões especiais e a requerimentos de homenagens de louvor e pesar.

A proposição determina ainda que a Comissão Diretora apresentará proposta de redução no número de comissões permanentes para sete, com cada senador podendo ser membro titular de apenas uma.

A proposta do novo Regimento Interno contém 433 artigos organizados em 15 títulos.

Os autores destacam que o texto procura adaptar as disposições regimentais às práticas consolidadas no encaminhamento dos trabalhos legislativos e à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias • Valter Pereira • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Heráclito elogia TV Senado digital em SP

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ressaltou no Plenário, na sexta-feira, que a inauguração em São Paulo da TV Senado digital aberta, em conjunto com a TV Câmara e a TV Alesp, da Assembleia Legislativa de São Paulo, representa um grande avanço para a cidadania.

– O canal aberto facilitará que cidadãos e eleitores avaliem a atuação dos parlamentares – disse. O senador definiu a inauguração, na quinta-feira, como “um novo processo, que tem como carro-chefe a tecnologia de ponta” e disse esperar que outros canais digitais venham a seguir.

A transmissão é feita no canal 61, aberto e digital, para a cidade de São Paulo. O canal transmite as programações das três emissoras públicas de televisão, de modo simultâneo, 24 horas por dia. A Grande São Paulo tem 20 milhões de habitantes.

Ciro Gomes

O senador também prestou solidariedade ao deputado Ciro Gomes (PSB-CE), cuja pré-candidatura à Presidência foi retirada pelo PSB na semana passada. Heráclito considera que Ciro Gomes foi tratado de “forma truculenta” pela base do governo.

– Não é com violência que se tira da disputa homens públicos de qualidade como Ciro – afirmou Heráclito. O senador também pediu que sejam apuradas denúncias de irregularidades em contratos de aluguel de carros assinados pelo governo do Piauí. De acordo com as denúncias, o governo estadual gasta R\$ 5 milhões por mês com o aluguel de automóveis de luxo.



Heráclito lamenta saída de Ciro Gomes da corrida presidencial

Senador recomenda aos partidos políticos que entrem com representação contra o presidente no Tribunal Superior Eleitoral por causa de pronunciamento na quinta-feira. Lula teria usado máquina pública para proselitismo eleitoral

Alvaro afirma que Lula usou cadeia de rádio e TV para fazer campanha política

O SENADOR ALVARO Dias (PSDB-PR) pediu aos partidos políticos que analisem, por critérios jurídicos, a possibilidade de ingresso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com representação contra o presidente Lula por causa de pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV na última quinta-feira. Na avaliação do senador, Lula “usou de sua condição de presidente da República para, em pronunciamento de governo, fazer campanha política”.

As observações foram feitas na sexta-feira, a partir de artigo do jornalista Reinaldo Azevedo publicado em seu *blog* no site da revista *Veja* e intitulado “Pronunciamento de Lula merece uma ação no TSE: presidente mente sobre aumento do mínimo, aparição na TV viola uma penca de regras”.

Uma vez que não existem eleições primárias no Brasil, defendeu Alvaro Dias, é necessário que as regras para o período pré-eleitoral sejam mais bem definidas na legislação eleitoral.

– Ou nós elaboramos uma legislação definindo o que é pré-campanha, estabelecendo



Para evitar abusos, Alvaro Dias defende regras claras para período pré-eleitoral

as normas que possam regular a pré-campanha eleitoral, já que não temos no país as eleições primárias, ou então que se cumpra a lei e que se proíba a campanha antecipada. E, sobretudo, que se proíba o uso da máquina pública na campanha eleitoral. O que fez o presidente foi se utilizar da máquina pública para proselitismo eleitoral – disse o senador.

Alvaro Dias criticou ainda a falta de participação mais efe-

tiva da sociedade brasileira no processo eleitoral. Ele destacou que nos Estados Unidos, por exemplo, a participação popular nas eleições primárias demonstra a forte democracia em que vive aquele país.

– Eu imagino que o maior equívoco do modelo político brasileiro seja a ausência da sociedade no momento de escolher candidatos majoritários. O povo não participa, é afastado desse processo. Os

partidos decidem cartorialmente. Estamos num momento crucial da vida brasileira e digo que a população deve prestar muito a atenção e buscar eleger um presidente da República moderna, talentoso, competente, capaz de promover transformações.

Corrupção

O senador ainda destacou que o Brasil encontra-se entre os países mais corruptos do mundo, o que impede o investimento externo no país.

Alvaro Dias explicou que os grandes investidores internacionais querem aplicar em países com baixos índices de corrupção. Na opinião do parlamentar, se o Brasil tivesse o mesmo índice de corrupção verificado na Dinamarca, os brasileiros poderiam ter salários 70% mais altos.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) concordou que o pronunciamento do presidente na quinta-feira merece representação no TSE, já que o presidente “fez campanha explícita para a sua candidata”. O senador disse esperar que os partidos entrem com a representação.



Senadora aponta programas sociais como principal motivo da inclusão de Lula na lista dos líderes mais influentes do mundo

Fátima Cleide: presidente é um exemplo para o mundo

A trajetória da vida pessoal e política do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os programas sociais do seu governo, como o de combate à fome e à pobreza, foram os principais motivos para que ele tivesse o nome incluído pela revista *Time* na lista dos líderes mais influentes do mundo em 2010.

A declaração foi feita nessa sexta-feira pela senadora Fátima Cleide (PT-RO). Segundo ela, o presidente Lula “serve de exemplo” para vários líderes mundiais, “o que representa um orgulho para toda a sociedade brasileira”.

– Atualmente, o Brasil não é mais um país majoritariamente pobre. Nada menos do que 70% da população está distribuída nas classes A, B e C. Isso

é fruto de políticas realizadas com seriedade e reconhecidas pelos países mais influentes – disse a senadora.

Fátima Cleide destacou ainda o pronunciamento feito na noite de quinta-feira, em cadeia de rádio e de televisão, pelo presidente da República, em que ele destacou o momento de retomada de emprego que o país vive e os avanços sociais dos últimos anos.

A senadora também leu matéria publicada na semana passada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* informando que, pela primeira vez em 16 anos, metade dos trabalhadores das metrópoles brasileiras tem a carteira de trabalho assinada pelas empresas do setor privado, o que considera positivo.

Para Virgílio, é normal Brasil ter seu presidente entre os mais influentes

Segundo análise do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), “seria anormal o Brasil não ter o seu presidente na lista dos mais influentes do mundo publicada pela revista *Time*”. O senador criticou as “manifestações desmedidas” acerca da indicação do presidente Lula entre os 25 líderes mais influentes de 2010.

– É uma honra para o Brasil ter um presidente na lista dos mais influentes. Mas isso é anormal? Não, isso se deve em parte ao mérito dele, mas se deve em grande parte ao peso específico da economia brasileira e ao peso específico do Brasil como entidade política. Anormal seria o Brasil, a essa altura da sua economia, da sua democracia, da sua história, não ter seu presidente entre os mais influentes líderes do mundo – avaliou.

Para Arthur Virgílio, contudo, é inexplicável o que ele denominou de “uma coisa meio petralha, meio patrulha, meio esquisita, meio falsa, meio safadinha”,

que é superestimar a importância desse fato. Para ele, isso ridiculariza e não faz justiça ao presidente do Brasil, além de não corresponder aos fatos.

– Uma pessoa medianamente inteligente sabe que o líder mais importante do mundo é o presidente americano, não importa se Bush ou Obama. E o presidente chinês, o primeiro-ministro japonês, o primeiro-ministro do Reino Unido, o primeiro-ministro da Alemanha, da França, da Índia. São eles que decidem os destinos do mundo – afirmou.

Estrangulamento

Virgílio também elencou 19 pontos de estrangulamento do desenvolvimento econômico do Amazonas, diagnosticados nas viagens que ele tem feito pelo interior do estado. Entre esses pontos, estão a lentidão da internet, os apagões na eletricidade e na telefonia, a insegurança das embarcações, o transporte aéreo e a educação infantil.



Indicação se deve em grande parte ao peso específico da economia brasileira, diz líder do PSDB

J.Freitas

Cristina Gallo

Jose Cruz

Projeto a ser votado pela Comissão de Educação autoriza o Executivo a instituir o Programa Universitário de Apoio ao Esporte, focado em escolas de educação básica

Esporte nas escolas públicas poderá ter reforço federal

PROMOVER O ESPORTE em escolas de educação básica e em comunidades carentes, com a participação de estudantes de graduação, especialmente dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física. Esse é o objetivo do projeto (PLS 515/09) da senadora Marisa Serrano (PSDB-GO) a ser analisado amanhã, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação e Cultura (CE).



Marisa Serrano propõe que recursos orçamentários sejam destinados à preparação de professores de Educação Física

Pela proposta, o governo federal é autorizado a instituir o Programa Universitário de Apoio ao Esporte. Os recursos necessários deverão ser fixados no Orçamento Geral da União do ano seguinte à publicação

das normas do programa. "A proposta poderá trazer benefícios ao esporte nacional como uma melhor preparação de professores de Educação Física e técnicos esportivos e a criação de novas gerações esportivas. Também poderá ampliar as possibilidades de preparação de atletas e técnicos para eventos

esportivos no Brasil, em especial a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016", argumenta o relator, Cristovam Buarque (PDT-DF), favorável ao projeto.

A CE examina também o PLC 270/09, da deputada Rebecca Garcia (PP-AM), que institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável. O relator, Gilberto Goellner (DEM-MT), apresentou parecer favorável. A proposta determina a promoção de campanhas publicitárias e a capacitação de docentes que se tornarão multiplicadores desses conhecimentos nos programas de educação ambiental dos ensinos fundamental e médio.

Pena por corrupção nas áreas de educação e saúde deve aumentar

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar nesta quarta-feira o projeto que amplia a pena de reclusão nos casos de corrupção passiva ou ativa praticada nas áreas de saúde ou educação.

A pena atual é de dois a 12 anos de reclusão, mais o pagamento de multa.

O projeto (PLS 35/09), do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), determina pena de quatro a 14 anos de reclusão e multa.

A proposição será votada na

forma do substitutivo apresentado por Romeu Tuma (PTB-SP).

Nele, o relator procura manter na lei as outras circunstâncias agravantes da pena – como o fato de funcionário público retardar ou deixar de praticar um ato que seria seu dever funcional, a fim de obter alguma vantagem –, as quais não eram mencionadas no texto original de Mozarildo.

Tuma concorda, no relatório, com o aumento das penas por corrupção nas áreas de saúde



Cristina Gallo

Substitutivo de Tuma mantém na lei outras circunstâncias agravantes

e educação. Mas explica que "não vislumbramos vantagem em excluir as disposições referentes às figuras qualificadas e ao tipo privilegiado presentes na redação em vigor".

Projeto destina à habitação popular parte do lucro da Caixa

O Brasil pode ganhar um reforço para reduzir o déficit de habitação da população de baixa renda, estimado em 5,5 milhões de moradias apenas nas áreas urbanas. Está na pauta de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto que destina ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social metade dos dividendos que a Caixa Econômica Federal repassa anualmente à União.

A Caixa teve em 2008 lucro de R\$ 3,9 bilhões, repassando ao Tesouro R\$ 1,6 bilhão. Se a norma estivesse valendo, com R\$ 800 milhões daria para construir 20 mil casas populares. O

projeto (PLS 2/06) é de Cristovam Buarque (PDT-DF). O relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), propôs, em emenda substitutiva, a redução do repasse ao fundo para um terço dos dividendos.

Outro projeto na pauta da CAE define os aspectos trabalhista, previdenciário e tributário das quantias pagas espontaneamente pelas empresas a seus empregados a título de prêmio de desempenho. De autoria do falecido deputado Júlio Redecker, a proposta (PLC 286/09) recebeu parecer favorável de Adelmir Santana (DEM-DF).

Estão na pauta mais 19 propostas, como a que substitui a



Waldemir Barreto

Proposta de Cristovam está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos

Taxa Referencial de Juros (TR) pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no cálculo da remuneração dos depósitos em contas do FGTS e a que estabelece dedução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica a empresas que doem material para habitação popular.

Painel aborda mão de obra na exploração de recursos hídricos

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado Federal realiza audiência pública hoje, às 18h, para debater os desafios, as necessidades e as perspectivas da formação e capacitação de mão de obra especializada na exploração de recursos hídricos para geração de energia.

Esse será o nono painel do ciclo de debates Desafio 2009-2015: Recursos Humanos para Inovação e Competitividade, criado por requerimento do presidente da comissão, senador Fernando Collor (PTB-AL), aprovado no início de fevereiro.

Participarão da audiência

pública de hoje o professor do Programa de Planejamento Energético (PPE) da Coppe/UFRJ e coordenador-executivo do Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais, Marcos Freitas; e o diretor-geral da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip), Eloi Fernández.

Também foram convidados para a audiência o superintendente-adjunto de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA), Victor Sucupira, e o engenheiro, consultor de recursos hídricos e pesquisador Arnaldo Setti.

CCJ vai a Goiânia debater proposta que muda a Lei Pelé

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) realiza audiência pública no auditório da Universidade Paulista (Unip), na Fazenda Botafogo, em Goiânia, para discutir o projeto de lei da Câmara (PLC 9/10) que modifica a Lei Geral do Esporte (Lei 9.615/98), a chamada Lei Pelé. A reunião acontece amanhã, às 10h. O ministro do Esporte, Orlando Silva, o governador de Goiás, Alcides Rodrigues, e o prefeito de Goiânia, Paulo de Siqueira Garcia, deverão participar do debate.

Devido a acordo feito pelas lideranças partidárias anunciado por José Sarney na última quinta-feira, o PLC 9/10 passou a tramitar em conjunto com o PLC 82/09, que trata da prevenção e da repressão da violência nas competições esportivas. As

comissões decidirão terminativamente sobre eles. O objetivo é apressar a tramitação das duas matérias.

Foram convidados a participar da audiência os presidentes do Goiás Esporte Clube, Syd de Oliveira Reis; do Vila Nova Futebol Clube, Maurílio Rodrigues Teixeira; do Santa Helena Esporte Clube, Alcir Elias de Oliveira; do Jóquei Clube de Goiás, Mário Ghannam; e da Federação dos Clubes do Estado de Goiás, Ubirajara Berocan Leite Filho. O secretário de Esporte e Lazer de Goiânia, Luiz Carlos Orro de Freitas, e os presidentes do Conselho Regional de Educação Física de Goiás, Rubens dos Santos Silva, e da Agência Goiana de Esportes e Lazer, Danivaldo Frutuoso Franco, o Cafu, também discutirão o tema.

Ministros discutem Política Nacional de Resíduos Sólidos

O ministro das Cidades, Marcio Fortes, e a ministra do Meio Ambiente, Izabella Mônica Vieira Teixeira, deverão debater com os senadores e outros convidados o projeto que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A audiência pública será realizada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nesta quarta-feira, às 9h.

O substitutivo da Câmara ao projeto do então senador Francisco Rollemberg (PLS 354/89) estende a responsabilidade sobre a destinação de resíduos sólidos para indústrias, empresas de construção civil, hospitais, portos e aeroportos. Entre

várias outras determinações, o projeto também define regras para a coleta seletiva.

Além dos dois ministros, também foram convidados para a audiência pública o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski; o vice-presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base Newton de Lima Azevedo; o diretor-executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais, Carlos Roberto Vieira da Silva Filho; e o diretor de Operações da Confederação Nacional da Indústria, Rafael Lucchesi.

A EXPEDIÇÃO
CRULS
E OUTRAS EXPEDIÇÕES PARA A MUDANÇA DA CAPITAL

SENADO FEDERAL: 50 ANOS DE BRASÍLIA

Lançamento do CD, "A Expedição Cruls e outras expedições para a mudança da Capital" e da edição histórica comemorativa aos 50 anos de Brasília, da Revista "Senatus".

4 de maio, terça-feira, às 18h30
na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.